



RELATÓRIO DA CDH

1º PERÍODO DE 2017

BIÊNIO 2017-2018

PRESIDÊNCIA: **SENADORA REGINA SOUSA**
VICE-PRESIDÊNCIA: **SENADOR PAULO PAIM**

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
GRANDES TEMAS DA CDH	7
REFORMA TRABALHISTA	9
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	10
REQUERIMENTOS APROVADOS	11
REFORMA PREVIDENCIÁRIA	13
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	14
REQUERIMENTOS APROVADOS	17
VIOLÊNCIA CONTRA MINORIAS	19
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	21
MATÉRIAS APRECIADAS	22
REQUERIMENTOS APROVADOS	22
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	23
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	24
MATÉRIAS APRECIADAS	24
REQUERIMENTOS APROVADOS	24
EDUCAÇÃO	25
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	26
MATÉRIAS APRECIADAS	26
REQUERIMENTOS APROVADOS	26
SAÚDE	27
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	28
MATÉRIAS APRECIADAS	28
REQUERIMENTOS APROVADOS	29
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	30
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	31
REQUERIMENTOS APROVADOS	32
OUTROS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL	33
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	34
MATÉRIAS APRECIADAS	34
REQUERIMENTOS APROVADOS	35
REUNIÕES DA CDH EM ORDEM CRONOLÓGICA	38
COMPOSIÇÃO DA CDH – JULHO/2017	40

APRESENTAÇÃO

Neste Biênio 2017-2018, a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** do Senado Federal estará sob a Presidência desta Senadora e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, eleitos na 1ª Reunião, em 14 de março de 2017. Nosso objetivo é *dar voz a quem não tem, dar visibilidade aos invisíveis*.

Para isso, nosso foco se põe em temas de grande repercussão nacional, trazendo para o âmbito da CDH as discussões mais palpitantes da sociedade brasileira e ampliando seu escopo de proteção às minorias.

Ao longo do Biênio, a atuação da Comissão será apresentada em quatro relatórios de periodicidade semestral. Este é o primeiro.

Entre fevereiro e julho de 2017, a CDH e suas Subcomissões realizaram **48 reuniões**, entre Audiências Públicas e Reuniões Deliberativas, alcançando resultados bastante positivos e de significativa relevância social.

Foram **32 Audiências Públicas** com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater temas instigantes e bastante variados. Todas estas Audiências foram **interativas**, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa. Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíram autoridades governamentais, acadêmicos, religiosos, artistas, sindicalistas e representantes de movimentos sociais diversos.

As Audiências compuseram **grandes temas de atuação da CDH**:

- **Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária**, e seus impactos sobre a vida dos brasileiros, em especial mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, profissionais da segurança pública, da saúde, professores e trabalhadores rurais, e debatendo, ainda, a liberdade sindical;
- **Violência contra Minorias**, com foco na criminalização dos movimentos sociais, nas recentes chacinas de trabalhadores rurais no Mato Grosso e no Pará, e na violação dos direitos dos Povos Indígenas;

- **Direitos das Pessoas com Deficiência**, com vistas à regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- **Saúde**, discutindo a utilização do amianto no Brasil, o desabastecimento de penicilina, a perícia médica e a revisão de benefícios previdenciários;
- **Educação**, com foco nas cotas para as universidades;
- **Economia e Meio Ambiente**, trazendo ao debate a Operação Carne Fraca, a situação dos Polos Navais, o Dia da Mãe Terra e a importância do Desmatamento Zero para o Brasil;
- **Outros temas de interesse social**, como crimes virtuais, terceirização no Senado Federal e audiência de custódia.

Diversas recomendações e questionamentos dessas Audiências Públicas foram encaminhados às Autoridades pertinentes, mediante **25 ofícios** da Presidência da CDH. As respostas recebidas foram repassadas aos debatedores que compuseram as mesas das respectivas reuniões e permanecem nos arquivos da Comissão, à disposição de seus Membros.

Além disso, houve o lançamento do livro “**O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros**”, de autoria do Senador Paulo Paim.

No mesmo período, a Comissão realizou **16 Reuniões Deliberativas**, examinando **101 proposições legislativas**, sendo:

- **15 Projetos de Lei**, sendo 13 oriundos do Senado;
- **7 Sugestões Legislativas (SUG)**, enviadas por cidadãos;
- **79 Requerimentos** de Senadores membros da Comissão (RDH).

Além disso, a CDH aprovou **4 emendas de texto** e **2 emendas ao anexo de metas e prioridades à LDO**, objetivando elevação das metas nas ações orçamentárias de Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres e de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

Uma importante função da CDH é a análise das propostas legislativas enviadas pelos cidadãos por meio do **Portal e-Cidadania do Senado**. As propostas têm o prazo de quatro meses para receber o apoio de 20 mil outros internautas. Aquelas que atingem esse número vêm para a Comissão como sugestões legislativas e são

debatidas pelos senadores. Se receber parecer pela aprovação, passa a tramitar como projeto de lei. Nesse primeiro semestre de 2017, mais de **8.600 cidadãos** apresentaram quase **11.800 ideias legislativas**. Esse resultado se agiganta na comparação com os dados anteriores, desde o surgimento do Portal, em maio de 2012: até o final de 2016, 8.842 pessoas apresentaram 11.973 ideias legislativas. Dentre as sugestões aprovadas, destacamos:

- SUG 3/2017, que “Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens;
- SUG 7/2016, para “Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa”;
- SUG 10/2015, que “Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa, com e sem Incentivos, nos Programas de Desestatização dos Governos Neoliberais”.

Como **políticas públicas** a serem acompanhadas no ano de 2017, a CDH elegeu as de **encarceramento** (RDH nº 27/2017) e de **erradicação do trabalho escravo** (RDH nº 26/2017), cujas relatorias ficaram a cargo dos Senadores Ângela Portela e Paulo Rocha, respectivamente.

A Comissão também recebeu, no período, diversas **Denúncias** referentes a violações de Direitos Humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando seu esclarecimento e solução.

E, ainda, realizou **7 Diligências** para discutir as reformas trabalhista e previdenciária, que aconteceram em Natal, João Pessoa, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador.

Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados sistematizados conforme os grandes temas neste período, com as audiências públicas realizadas, as matérias apreciadas e os requerimentos aprovados por tema. Ao final, a listagem de todas as reuniões realizadas em ordem cronológica e a composição da Comissão.

CDH, 17 de julho de 2017.

Senadora Regina Sousa
Presidente

GRANDES TEMAS DA CDH

2017/1

REFORMA TRABALHISTA

Reforma Trabalhista é o apelido dado ao Projeto de Lei nº 6787/16, enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados, onde recebeu 844 emendas, que alteraram significativamente a matéria. Com o nome de **PLC nº 38 de 2017**, a proposta veio à revisão do Senado Federal, onde recebeu 218 emendas. Mas foi aprovado sem alterações em 12/07/17 e sancionado no dia seguinte, sem vetos.

Seja no interior do Congresso Nacional, nos meios de comunicação ou nas redes sociais, a proposta incendiou os debates e fez emergir a discussão sobre seus efeitos para os trabalhadores e a economia.

Na CDH, o tema foi objeto de **seis audiências públicas**, presididas pela Senadora Regina Sousa e pelo Senador Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **73 convidados**, entre procuradores do trabalho, defensores públicos, magistrados, professores, pesquisadores, empresários, dirigentes de sindicatos, federações e centrais sindicais, representantes do Ministério do Trabalho, do DIEESE, da FEBRABAN, de ONGs e outras entidades.

A posição majoritária foi contrária à Reforma Trabalhista.

Houve **diligências em sete estados** brasileiros, onde as reformas trabalhista e previdenciária foram abordadas em conjunto.

A Comissão aprovou **cinco Requerimentos** relacionados ao tema, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra e Paulo Paim.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 02 – 20/03/2017
 RE Nº 28 – 23/05/2017
 RE Nº 31 – 29/05/2017
 RE Nº 33 – 1º/06/2017
 RE Nº 38 – 19/06/2017
 RE Nº 46 – 11/07/2017

ENCAMINHAMENTOS

- Moção de Apoio à Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho – ALTJ, que vem sofrendo ataques ideológicos pela posição assumida na luta contra a precarização do trabalho no Brasil.

DILIGÊNCIAS

- Natal
- João Pessoa
- Curitiba
- Florianópolis
- Goiânia
- Belo Horizonte
- Salvador

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 02/2017
 RDH 03/2017
 RDH 46/2017
 RDH 49/2017
 RDH 52/2017

→ Em 29 de maio, na RE nº 31/17, houve o lançamento do livro **“O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros”**, de autoria do Senador Paulo Paim.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado, RE Nº 03 – 21/03/17



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado, RE Nº 31 – 29/05/17

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 02/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista" Com foco na Reforma Trabalhista.</p> <p>20/03/17 RDH 03/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT e representante do Ministério Público do Trabalho Berna Menezes, Dirigente da Intersindical Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB Giovanni Frizzo, Representante da Central Sindical e Popular – CSP – Conlutas Hugo Melo Filho, Presidente Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho - ALJT Lourenço Ferreira do Prado, Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST Luiz Antonio Colossi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p>
<p>RE Nº 28/17 "A Reforma Trabalhista"</p> <p>23/05/17 RDH 46/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Admilson Moreira dos Santos, Chefe de Gabinete, substituto, representante do Ministério do Trabalho Alex Myller Duarte Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT Artur Bueno de Camargo, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST e Presidente da CNTA Afins Bráulio Santiago Cerqueira, da UNACON – SINDICAL Clóvis Sherer, Coordenador Adjunto de Relações Institucionais do DIEESE Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT Kléber Vinícius Melo, Defensor Público Federal Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas Magnus Ribas Apostólico, Diretor de Relações do Trabalho da Federação Brasileira dos Bancos FEBRABAN Mauro de Azevedo Menezes, Advogado e Professor de Direito Sindical Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Vice Coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho Rudinei Marques, Presidente da UNACON – SINDICAL Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário Geral da Força Sindical Talita Barcellos, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST Vicente Selistre, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB</p>
<p>RE Nº 31/17 "As reformas Previdenciária e Trabalhista" Com lançamento do livro 'O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros', de autoria do Senador Paulo Paim.</p> <p>29/05/17 RDH 03/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Artur Bueno de Camargo, Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST Assunta Di Dea Bergamasco, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e de Assuntos Especiais do SINDIFISCO NACIONAL Clóvis Scherer, Coordenador Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Edna Costa, Presidente da Federação das Mulheres de Pernambuco Edson Índio, Presidente da Intersindical Elza Serra, da Confederação das Mulheres do Brasil Frei David, Diretor Executivo da EDUCAFRO Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE José Carlos Torves, Diretor Executivo da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia - COFECON Lourival Figueiredo Melo, Secretário Geral da Confederação Nacional de Trabalhadores no Comércio CNTC</p>

	<p>Magda Barros Biavaschi, Representante do Fórum contra a Terceirização Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais da Unicamp Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTS Miguel Salaberry, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT Moacir Meirelles de Oliveira, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP Nariomar Medeiros da Costa, Empresário Nilton Paixão, Presidente da Central Pública do Servidor Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP Wilson Pereira, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Brasília, Distrito Federal e Brasil - CONTRATUH</p>
<p>RE Nº 33/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista" 1º/06/17 RDH 03/17 Paulo Paim</p>	<p>Adelmo Carneiro Leão, Deputado Federal Clóvis Sherer, Coordenador Adjunto de Relações Institucionais do DIEESE Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT Luiz Carlos Prates, Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas Paulo Ferrari, Representante da Força Sindical</p>
<p>RE Nº 38/17 "As Reformas Trabalhista e Previdenciária, com foco na Convenção nº87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical". 19/06/17 RDH 39/15 e 03/17 Paulo Paim</p>	<p>Alexandre Caso, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora Álvaro Egea, Secretário Geral da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB Antônio Lisboa, Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores - CUT Francelino das Chagas Valença Junior, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO José Nivaldino Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito Federal - SINPRF/DF Luiz Carlos Motta, 2º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC Miriam Dienstmann Stein, Representante do Portal dos Aposentados Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Paulo Reis, Representante da CSP-Conlutas Renan Bernardi Kalil, Vice-Coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho - MPT/CONALIS Rudinei Marques, Vice-Presidente da Central Pública do Servidor</p>
<p>RE Nº 46/17 "Reforma Trabalhista" 11/07/17 RDH 03/17 Paulo Paim</p>	<p>Alexandre Caso, Representante da Intersindical Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT Edson Índio, Secretário da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora Eurídice Ferreira de Almeida, Representante da FASUBRA Sindical Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA Virgínia Berriel, Representante da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT</p>

REQUERIMENTOS APROVADOS

<p>RDH Nº 02/17 RE nº 1ª, 14/03/17 Autoria: Paulo Paim</p>	<p>Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater "As reformas da previdência e trabalhista".</p>
<p>RDH Nº 03/17 RE nº 1ª, 14/03/17 Autoria: Paulo Paim</p>	<p>Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater "As reformas previdenciária e trabalhista".</p>

RDH Nº 46/17	<p>Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater a “Reforma Trabalhista”.</p> <p>Convidados para audiência pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Central Única dos Trabalhadores - CUT; • Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; • União Geral dos Trabalhadores – UGT; • Força Sindical; • Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; • Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; • Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; • Intersindical; • Central Sindical e Popular – Conlutas; • Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB • Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – Anamatra • Ministério Público do Trabalho – MPT • Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT • Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; • Sindicato Nacional do Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; • Organização Internacional do Trabalho – OIT; • Confederação Nacional da Indústria – CNI; • Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; • Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN; • Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; • Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST.
RE nº 26ª, 17/05/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 49/17	<p>Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, para discussão do PLC nº 38, de 2017, que trata da chamada Reforma Trabalhista.</p>
RE nº 26ª, 17/05/17	
Autoria: Fátima Bezerra e outros	
RDH Nº 52/17	<p>Nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de diligência externa conjunta, com membros desta Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição e Justiça para verificação, in loco, da real situação dos trabalhadores do campo e da cidade, em relação ao PLC 38 de 2017 – Reforma Trabalhista.</p>
RE nº 32ª, 31/05/17	
Autoria: Paulo Paim	

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Reforma Previdenciária é nome dado à **PEC nº 287/2016**, que altera critérios para aposentadoria e forma de cálculo dos benefícios. Para servidores públicos, elimina as regras de transição oriundas de emendas constitucionais anteriores. Para aposentadoria pelo INSS, exige idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição. A Proposta se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, onde já recebeu 130 emendas.

Na CDH, o tema foi objeto de **nove audiências públicas**, que abordaram os impactos sobre a vida dos brasileiros, em especial mulheres, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais, professores, profissionais da segurança pública e da saúde. As Reuniões foram presididas pela Senadora Regina Sousa e pelos Senadores Paulo Paim e José Medeiros.

Os debates contaram com a participação de **144 convidados**, entre procuradores da Fazenda e do Ministério Público do Trabalho, magistrados, deputados estaduais, vereadores, empresários, sindicalistas, representantes de organizações de aposentados e pensionistas civis e militares, de advogados, de mulheres e de pessoas com deficiência, especialistas e professores de instituições como UFRJ, FGV, UnB, UFSM, IPEA, IBDP, DIEESE, CNBB, UITA, CONADE e outras entidades.

Houve **diligências em sete estados** brasileiros, onde as reformas trabalhista e previdenciária foram abordadas em conjunto.

A Comissão aprovou **7 Requerimentos** relacionados ao tema, de autoria dos Senadores José Medeiros e Paulo Paim.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 03 – 21/03/2017
 RE Nº 05 – 23/03/2017
 RE Nº 06 – 27/03/2017
 RE Nº 12 – 06/04/2017
 RE Nº 13 – 17/04/2017
 RE Nº 14 – 18/04/2017
 RE Nº 31 – 29/05/2017
 RE Nº 34 – 05/06/2017
 RE Nº 45 – 10/07/2017

ENCAMINHAMENTOS

- Realizar novas audiências públicas sobre o tema, por segmento.
- Apoiar e incentivar a realização de manifestações, carreatas e debates em nível estadual, municipal e regional, contra a reforma da previdência.
- Solicitar agendamento de reunião entre o Presidente do Senado e representantes da categoria dos enfermeiros, a fim de fazer incluir em pauta o PLS nº 349/2016.

DILIGÊNCIAS

- Natal
- João Pessoa
- Curitiba
- Florianópolis
- Goiânia
- Belo Horizonte
- Salvador

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 155/2016 RDH 19/2017
 RDH 02/2017 RDH 20/2017
 RDH 03/2017 RDH 47/2017
 RDH 10/2017



Foto: Roque de Sá/Agência Senado, RE Nº 03 – 21/03/17

- Abertura da **CPI da Previdência** foi anunciada pelo Senador Paulo Paim em Audiência Pública da CDH sobre o tema. Com 58 assinaturas, o requerimento foi lido no Plenário em 21/3/2017.
- **Leia mais em:**
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/21/senado-tera-cpi-da-previdencia-para-investigar-contas-do-setor>

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 03/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista" Com foco na CPI da Previdência.</p>	<p>Achilles Linhares de Campos Frias, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ Amauri Sérgio Mortágua, Vereador, Representante do Município de Tupã/SP e Coordenador da Frente de Entidades Tupãenses em Defesa dos Direitos da Aposentadoria - FTA Assunta Di Dea Bergamasco, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e Seguridade Social, de Políticas Sociais e de Assuntos Especiais do SINDIFISCO NACIONAL</p>
<p>21/03/17</p>	<p>Berna Menezes, Dirigente da Intersindical</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT</p>
<p>Paulo Paim</p>	<p>Charles Jonhson da Silva Alcantara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA Gibran Ramos Jordão, Representante da Federação De Sindicatos De Trabalhadores Técnico-Administrativos Em Instituições Públicas De Ensino Superior Do Brasil - Fasubra Sindical Graça Costa, Secretária das Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT Lineu Neves Mazzano, Secretário Geral da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB Luiz Carlos Prates, Representante da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor Secretário da Associação Nacional – UNAFISCO Marco Aurélio Gonsalves, Diretor Jurídico do Instituto MOSAP Rudinei Marques, Vice-Presidente da Central Pública do Servidor Sérgio Ricardo Moreira de Castro, Diretor de Assuntos Previdenciários do SINDIRECEITA Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB Waldemiro Livingston de Souza (Peixe), Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal – APRESEFE Warley Martins Gonçalves, Presidente Executivo da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP e Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST</p>
<p>RE Nº 05/17 "Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres" Em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, do Senado Federal.</p>	<p>Anna Beatriz Parlato, Assessora no Ministério Público do Trabalho e integrante da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia Denise Gentil, Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Dorenice Flor da Cruz, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Isis Tavares Neves, Secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE Luciana Farias, Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários - IAPE Maria Inez Rezende, Presidente da Fundação ANFIP</p>
<p>27/03/17</p>	<p>Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT</p>
<p>Paulo Paim</p>	<p></p>
<p>RE Nº 06/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista" Com foco na Reforma da Previdência.</p>	<p>Adriana Faria, Coordenadora Jurídico-parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público Celso Malhani de Souza, Diretor de Aposentados e Pensionistas da FENAFISCO Diego Cherulli, Representante da OAB-DF e representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados Pensionistas – MOSAP</p>
<p>27/03/17</p>	<p>Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Políticas de Classe da ANFIP</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>Gibran Jordão, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas</p>
<p>Paulo Paim</p>	<p>Gilson Matos, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas José Luis Wagner, Assessor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, SINASEFE Nacional e ANAUNI Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor do SINDIFISCO NACIONAL Mário Junior, Coordenador de Educação da FASUBRA Sindical</p>

	<p>Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH</p> <p>Rita Girão, Diretora de Ações Estratégicas do Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central – SINAL e Presidente da Regional de Brasília</p> <p>Thiago Botelho, Presidente Regional da Central Pública do Servidor</p> <p>Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB</p>
<p>RE Nº 12/17 "A Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais".</p>	<p>Edmar Martins, Coronel, Corregedor-Geral da Polícia Militar do DF</p> <p>Eliás Miler da Silva, Coronel, Diretor da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME</p> <p>Eric Tatsuya Ota, Representante da Fundação Getúlio Vargas - FGV</p> <p>Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF</p> <p>Gerson Silva, Representante da Fundação Getúlio Vargas – FGV</p> <p>Héder Martins de Oliveira, Sargento, Vice-Presidente da Associação Nacional de Praças – ANASPPRA</p> <p>Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL</p> <p>Kaizô Iwakami Beltrão, Representante da Fundação Getúlio Vargas - FGV</p> <p>Marcele Alcântara de Almeida, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF – SINPOL</p> <p>Marcelo Fernando Bórsio, Representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF</p>
06/04/17	
RDH 155/16	<p>Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF</p> <p>Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF</p> <p>Sandro Torres Avelar, Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - FENADEPOL</p>
José Medeiros	
<p>RE Nº 13/17 "Reformas Previdenciária e Trabalhista" Os efeitos para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência.</p>	<p>Carlos Ferreri, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB</p> <p>Carlos Machado Ramos, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP</p> <p>Diego Cherulli, Conselheiro Jurídico da Federação de Aposentados e Pensionistas do DF - FAP/DF</p> <p>Edna Aparecida Alegro, Representante do Comitê Brasileiro de Entidades Representantes das Pessoas com Deficiência – CRPD</p> <p>Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS</p> <p>Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP</p>
17/04/17	
RDH 03/17	<p>Livia Barbosa, Professora e Pesquisadora da Universidade de Brasília - UnB</p> <p>Luciana Jaccoud, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA</p> <p>Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal</p> <p>Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE</p> <p>Paulo Lino Gonçalves, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL</p> <p>Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS</p>
Paulo Paim	
<p>RE Nº 14/17 "Reformas Previdenciária e Trabalhista" Com foco nos efeitos para os policiais e para os professores.</p>	<p>Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG</p> <p>Décio Bruno Lopes, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP</p> <p>Deolindo Paulo Carniel, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais</p> <p>Diana Dias Sampaio, Economista da Universidade Federal de Santa Maria – RS e representante do ATENS Sindicato Nacional</p> <p>Gabriel Magno Pereira Cruz, Diretor e Coordenador da Secretaria de Políticas Sociais do SINPRO-DF</p> <p>Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE</p>
18/04/17	
RDH 03/17	<p>Ícaro Cavalcanti, Coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP</p> <p>Jesus Castro Caamaño, Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Polícia Rodoviária Federal PRF</p> <p>Kleber Luiz da Silva Junior, Assessor Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF</p> <p>Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF</p>
Paulo Paim	

<p>RE Nº 31/17 "As reformas Previdenciária e Trabalhista" Com lançamento do livro 'O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros', de autoria do Senador Paulo Paim.</p>	<p>Artur Bueno de Camargo, Representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST Assunta Di Dea Bergamasco, Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e de Assuntos Especiais do SINDIFISCO NACIONAL Clóvis Scherer, Coordenador Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE Edjane Rodrigues, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Edna Costa, Presidente da Federação das Mulheres de Pernambuco Edson Índio, Presidente da Intersindical Elza Serra, da Confederação das Mulheres do Brasil Frei David, Diretor Executivo da EDUCAFRO Germano Silveira de Siqueira, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p>
<p>29/05/17</p>	
<p>RDH 03/17</p>	<p>Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE José Carlos Torves, Diretor Executivo da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ Júlio Miragaya, Presidente do Conselho Federal de Economia - COFECON Lourival Figueiredo Melo, Secretário Geral da Confederação Nacional de Trabalhadores no Comércio CNTC Magda Barros Biavaschi, Representante do Fórum contra a Terceirização Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública Marilane Oliveira Teixeira, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais da Unicamp Mario Jorge dos Santos Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTS Miguel Salaberry, Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT Moacir Meirelles de Oliveira, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP Nariomar Medeiros da Costa, Empresário Nilton Paixão, Presidente da Central Pública do Servidor Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP Wilson Pereira, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Brasília, Distrito Federal e Brasil - CONTRATUH</p>
<p>Paulo Paim</p>	
<p>RE Nº 34/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista" Com foco nos impactos para Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.</p>	<p>Alberto Ercílio Broch, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG Alexandre Arbex Valadares, Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Alexandre Caso, Representante da Intersindical Antônio Lucas Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR Bruno Pilon, Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA Cleonice Back, Coordenadora Estadual da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-BRASIL/CUT</p>
<p>05/06/17</p>	<p>Edjane Rodrigues da Silva, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG</p>
<p>RDH 03/17</p>	
<p>Paulo Paim</p>	<p>Florian Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP Guilherme Costa Delgado, Perito da Comissão para a Justiça, a Caridade e a Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Iridiani Seibert, Representante da Via Campesina Jane Lúcia Bervanger, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP Jordana Ribeiro de Ávila, Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST Juliane Schneider da Silva, Trabalhadora Rural Mauro José Silva, Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da UNAFISCO Nacional</p>

<p>RE Nº 45/17 "Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem"</p>	<p>Alexandre Caso, Representante da Intersindical Artur Bueno de Camargo, Coordenador do FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores Carlos Humberto Rodrigues, Coordenador Geral do Sitraemg Cícero Pereira da Silva, Diretor da Contratuh Claudia Ribeiro da Cunha Franco, Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT e Diretora do Sindicato dos Enfermeiros de Porto Alegre</p>
<p>10/07/17</p>	<p>Daysi Amarílio, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Brasília</p>
<p>RDH 19/17</p>	<p>Dejamir Soares, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de MT e Vice-Presidente da FEBRAPEN</p>
<p>Paulo Paim</p>	<p>Ednilson Mira dos Santos, Técnico de enfermagem do Sistema Socioeducativo do DF Edson Índio, Secretário da INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora Elaine Aparecida Leoni, Secretária de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Secretário Geral da Contratuh Gerardo Iglesia, Secretário Geral da América Latina da UITA - União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação. Jorge Viana de Sousa, Presidente da Federação Brasileira dos Profissionais de Enfermagem - FEBRAPEN Luciano da Silva, Conselheiro, representante do Conselho Federal de Enfermagem - CONFEN Luis Carlos Costa Tocantins Júnior, Representante da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST Magno Barbosa de Souza, Representante da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – ANATEN Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Diretor Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA Norberto La Torre, Presidente Regional Latino Americano da UITA – União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho da 4ª região – Coordenador da CONAFRET Rafael Guerra, Diretor de Relações Internacionais no Brasil – Sindicato dos Metalúrgicos – EUA Renata Coelho, Procuradora do Trabalho - Ministério Público do Trabalho Shirley Marshal Diaz Morales, Presidente em exercício da Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE Valcir dos Santos Bezerra, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do DF Valdirlei Castagna, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS Vicente Selistre, Vice-Presidente da CTB Nacional Wilson Pereira, Diretor Secretário Adjunto da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST</p>

REQUERIMENTOS APROVADOS

<p>RDH Nº 155/16</p>	<p>Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a "Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais".</p>
<p>RE nº 1ª, 14/03/17</p> <p>Autoria: José Medeiros</p>	
<p>RDH Nº 02/17</p>	<p>Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater "As reformas da previdência e trabalhista".</p>
<p>RE nº 1ª, 14/03/17</p> <p>Autoria: Paulo Paim</p>	
<p>RDH Nº 03/17</p>	<p>Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater "As reformas previdenciária e trabalhista".</p>
<p>RE nº 1ª, 14/03/17</p> <p>Autoria: Paulo Paim</p>	

RDH Nº 10/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema “Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres”.
RE nº 1, 14/03/17	
Autoria: Paulo Paim e outros	
RDH Nº 19/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debater “Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem”.
RE nº 8ª, 29/03/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 20/17	Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater a Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais.
RE nº 11ª, 05/04/17	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 47/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater “A Previdência Social e o direito dos Trabalhadores”.
RE nº 26ª, 17/05/17	
Autoria: Paulo Paim	

VIOLÊNCIA CONTRA MINORIAS

Violência contra Minorias é tema recorrente na Comissão, tendo em vista que ainda há no Brasil graves conflitos no campo e na cidade, que muitas vezes resultam em assassinatos e chacinas ou em repressão violenta sobre ativistas, militantes e cidadãos em geral.

O tema foi objeto de **cinco audiências públicas da CDH**, sendo uma em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. As Reuniões foram presididas pela Senadora Regina Sousa e pelos Senadores João Capiberibe e Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **32 convidados**, entre autoridades do Ministério da Justiça, da FUNAI, do INCRA e do Governo do Estado do Pará, deputados federais e estaduais, sindicalistas e líderes de movimentos sociais, dos povos indígenas e dos quilombolas, representantes da Defensoria Pública, do Ministério Público Federal e de organizações como OAB, CPT, CIMI e outras.

As audiências abordaram a criminalização de movimentos sociais, o recrudescimento da violência no campo e as recentes chacinas de trabalhadores rurais em Colniza (Mato Grosso) e Pau D'Arco (Pará), assim como as agressões históricas e atuais aos direitos dos povos indígenas e sua luta permanente por Justiça e Direitos Humanos, incluindo o lançamento do livro **“Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura”**, do jornalista Rubens Valente, Editora Companhia das Letras.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **16 Requerimentos**, de autoria dos Senadores João Capiberibe, José Medeiros, Paulo Paim e Regina Sousa.

Também apreciou **2 Projetos de Lei** e **3 Sugestões Legislativas**, que tratavam de violência contra a mulher, violência doméstica contra o idoso, porte de armas, preconceito de procedência regional ou identidade cultural.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 16 – 20/04/2017
 RE Nº 19 – 26/04/2017
 RE Nº 20 – 02/05/2017
 RE Nº 30 – 25/05/2017
 RE Nº 36 – 12/06/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 308/2016
 PLS 468/2016
 SUG 01/2017
 SUG 04/2017
 SUG 10/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 99/2016
 RDH 05/2017
 RDH 08/2017
 RDH 16/2017
 RDH 17/2017
 RDH 27/2017
 RDH 30/2017
 RDH 38/2017
 RDH 39/2017
 RDH 41/2017
 RDH 42/2017
 RDH 43/2017
 RDH 51/2017
 RDH 53/2017
 RDH 57/2017
 RDH 58/2017

- No Mato Grosso, em 19/04/17, **nove** trabalhadores rurais foram mortos por milícia privada a mando de fazendeiro local, enquanto no Pará, em 24/05, foram **dez** mortos por policiais civis e militares, segundo amplamente noticiado na mídia.

Leia mais em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/02/chacina-em-colniza-e-fruto-da-omissao-do-estado-denunciam-especialistas>.

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/31/cdh-realizara-diligencia-no-para-e-audiencia-sobre-chacina-de-trabalhadores>.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado, RE Nº 16 – 20/04/17

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Enviar ofício ao Ministério da Justiça para que não haja o contingenciamento de despesas destinadas à Funai e a benefícios para os povos indígenas;
- Realizar Audiência pública sobre demarcação de terras.
- Solicitar ao Inbra informações sobre as providências tomadas desde os assassinatos em Colniza, indicando, se for o caso, as dificuldades enfrentadas para apurar o ocorrido, salientando a importância de o Órgão reorganizar uma Ouvidoria independente, dotada de estrutura própria e não-vinculada a sua Presidência, por outro lado, ressaltar a necessidade de o Inbra realizar diagnóstico da situação agrária no Mato Grosso;
- Solicitar maior celeridade na conclusão dos processos criminais em curso, como o que apura o assassinato do Sr. Josias Paulino de Castro e de sua companheira, Irani da Silva Castro, e, destacar a importância da federalização dos conflitos envolvendo a questão agrária não só Colniza, mas em todo o território nacional.
- Propor a criação de uma Comissão permanente externa para realizar diligências em caso de conflitos que envolvam movimentos sociais;
- Realizar diligência no Pará, em cooperação com a CDH da Câmara dos Deputados, a fim de coletar informações e tomar providências acerca do massacre ocorrido no Pará;
- Solicitar a imediata proteção de testemunhas e sobreviventes da chacina do Pará;
- Oficiar o Procurador-Geral da República para que solicite a federalização do caso na esfera judicial, a exemplo do que ocorreu com a investigação, como efeito da atuação do Ministério Público Federal e em razão de pedido do próprio Ministério Público Estadual;
- Oficiar ao Governador do Pará pelo cumprimento da Lei 8.444/16 e implementação do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, com estruturação regionalizada e não só em Belém
- Solicitar ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará que dê celeridade ao inquérito;
- Apoiar o PLS 166, de 2017, de autoria do Senador Paulo Rocha, que altera o Código de Processo Civil, para estabelecer que o Ministério Público acompanhará as medidas de remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra;
- Apoiar a ampliação do projeto para que seja incluído também o acompanhamento das medidas de remoção por parte da Defensoria Pública;
- Oficiar ao Presidente do CNJ para que sejam tomadas as providências necessárias para fazer valer a normativa do Conselho que determina o cancelamento de registros de terra do Pará considerados irregulares
- Oficiar a Polícia Federal para abrir investigação acerca do arco de violência rural, bem como a intensificação da fiscalização das empresas de segurança privada no Pará, Rondônia e Mato Grosso;
- Apoiar a criação de uma Ouvidoria Agrária Nacional independente;
- Realizar reunião multidisciplinar interna com a finalidade de apontar as causas e as soluções deste conflito agrário e outros nos estados da Região Norte;
- Denunciar a violência agrária e o assassinato de lideranças e trabalhadores rurais, junto a organizações internacionais, como OEA, OIT e CIDH;
- Fazer gestões e cobrar medidas para acelerar a reforma agrária;
- Exigir o retorno do Ministério da Reforma Agrária e do Ministério da Previdência, essenciais para o desenvolvimento do campo brasileiro, mas hoje pulverizados e diluídos em outros;
- Apoiar a instituição de uma CPI para a investigação de conflitos e crimes no campo;
- Oficiar à Funai para que informe quais as pendências para a demarcação das terras da etnia Gamella, no Maranhão e fazer gestões para sua agilização;
- Oficiar ao Inbra para que informe quais as pendências para a titulação das terras dos quilombolas do Maranhão e fazer gestões para sua agilização;
- Encaminhar ao Ministro da Saúde as graves denúncias de assédio moral e sexual, e outras violações de direitos, conforme depoimento de representantes dos Povos Indígenas Kaingang, Guarani e Xokleng, dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e documentos que as acompanham, e o pleito de afastamento imediato do Sr. Gaspar Paschoal de suas funções no DSEI Interior Sul.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 16/17 "Agressões aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro: <i>Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura</i>".</p> <p>20/04/17</p> <p>RDH 08/17</p> <p>João Capiberibe</p>	<p>Antonio Fernandes Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI Claudemir da Silva, Cacique da Etnia Xetá - PR Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário - CIMI Gustavo Kenner Alcântara, Procurador da República, Secretário Executivo da 6ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal Rubens Valente, Jornalista, autor do livro "Os fuzis e as Flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura" Sônia Guajajara, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB</p>
<p>RE Nº 19/17 "A Luta dos Povos Indígenas por Justiça e Direitos Humanos". Em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados</p> <p>26/04/17</p> <p>RDH 16/17</p> <p>Regina Sousa</p>	<p>Leila Borari, Representante dos Povos Indígenas Nilto Tatto, Deputado Federal Paulão, Deputado Federal, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados</p>
<p>RE Nº 20/17 "A chacina ocorrida na gleba de Taquaraçu do Norte, localizada na Zona Rural do Município de Colniza (Mato Grosso)"</p> <p>02/05/17</p> <p>RDH 38/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC Edson Silva, Representante do Movimento Resistência Popular - MRP Inácio Werner, Representante do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso Leonardo Aragão, Jornalista da Câmara dos Deputados Rogério Papalardo Arantes, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA</p>
<p>RE Nº 30/17 "A Criminalização dos Movimentos Sociais".</p> <p>25/05/17</p> <p>RDH 17/17</p> <p>Regina Sousa</p>	<p>Alberto Dias França, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB Antonio Maffezoli, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP Avanilson Araújo, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas Cleber Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI Rose Meire dos Santos Silva, Representante dos Quilombolas</p>
<p>RE Nº 36/17 "A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará".</p> <p>12/06/17</p> <p>RDH 53/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Astério Pereira dos Santos, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça Carlos Bordalo, Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará Carmen Helena Ferreira Foro, Vice-Presidente da CUT NACIONAL Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Jose Araujo de Brito Neto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA José Líbio de Moraes Matos, Ouvidor Agrário Nacional Substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Juliana Oliveira, Defensora Pública do Estado do Pará Luismar Ribeiro Pinto, Representante da Comissão Pastoral da Terra - CPT Osmar Prado, Ator - Representante do Movimento Humanos Direitos - MHuD Padre Ricardo Rezende Figueira, Representante do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo - GPTEC Rogério Luz Moraes, Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará Thaís Oliveira, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Vera Paoloni, Secretária de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Pará</p>

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS Nº 308/16	Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, com o propósito de fixar o prazo máximo de cinco dias para a notificação compulsória, às autoridades que menciona, dos atos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.
RE nº 47ª, 12/07	
Autoria: Sen. Elmano Férrer	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Aprovado, com uma emenda.
PLS Nº 468/16	Acrescenta ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso.
RE nº 15ª, 19/04	
Autoria: Sen. Zeze Perrella	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado
SUG Nº 01/17	Estabelece como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, e institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural, e dá outras providências.
RE nº 47ª, 12/07	
Autoria: Cidadão	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Aprovado
SUG Nº 04/17	Fim do Estatuto do Desarmamento.
RE nº 32ª, 31/05	
Autoria: Progr. e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Paulo Rocha	Decisão: Rejeitado
SUG Nº 10/17	Liberação da venda de armas e munições importadas, em lojas. (Fim do monopólio Taurus/CBC)
RE nº 35ª, 07/06	
Autoria: Progr. e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Paulo Rocha	Decisão: Rejeitado

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 99/16	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa".
RE nº 1, 14/03/17	
José Medeiros	
RDH Nº 05/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Discriminação e todo tipo de preconceito".
RE nº 1ª, 14/03/17	
Paulo Paim	
RDH Nº 08/17	Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir, documentos, revelações e depoimentos sobre agressões aos direitos de povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro "Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura", de autoria do jornalista Rubens Valente que será lançado neste mês de abril de 2017, pela editora Companhia das Letras. A iniciativa da Comissão de Direitos Humanos é averiguar possíveis medidas a serem tomadas para compensação de danos causados pelo Estado brasileiro aos povos indígenas durante a ditadura militar.
RE nº 1, 14/03/17	
João Capiberibe	
RDH Nº 16/17	Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Luta dos Povos Indígenas por Justiça e Direitos Humanos".
RE nº 8, 29/03/17	
Regina Sousa	
RDH Nº 17/17	Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater sobre "A Criminalização dos Movimentos Sociais".
RE nº 8, 29/03/17	
Regina Sousa	
RDH Nº 27/17	Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública de encarceramento no ano de 2017.
RE nº 11, 05/04/17	
Regina Sousa	
RDH Nº 30/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir a federalização da segurança pública, incorporando as polícias civis à Polícia Federal, unificando as polícias militares em uma Polícia Militar da União e unificando os corpos de bombeiros militares em um Corpo de Bombeiros Militares da União.
RE nº 18, 26/04/17	
José Medeiros	

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A temática dos ***Direitos da Pessoa com Deficiência*** está sempre presente na Comissão, pois, apesar da proteção constitucional garantida a este segmento da população, muito ainda há por fazer para que o paradigma da inclusão social se estabeleça em nosso País.

O tema foi objeto de **uma audiência pública da CDH**, presidida pelo Senador Paulo Paim, que abordou a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, os passos já dados e a expectativa para sua conclusão.

Os debates contaram com a participação de **10 convidados**, incluindo autoridades do Ministério dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Saúde e do Planejamento, membros do Comitê de Regulamentação da LBI, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representantes das Apaes e de organizações com atuação na defesa da pessoa com deficiência.

Relativos ao tema, a Comissão aprovou **2 Requerimentos**, de autoria do Senador Paulo Paim.

Também apreciou **6 projetos de Lei**, que tratavam de cota de contratação, isenções tributárias, impenhorabilidade de veículo, valor de benefício e banheiros químicos adaptados.

- Autoridades, especialistas e entidades ligadas ao tema discutiram a criação do cadastro-inclusão e um modelo de avaliação das deficiências. Autoridades reconheceram os avanços da lei, mas temem que a regulamentação permita a perda de direitos já assegurados.

Leia mais em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/03/regulamentacao-do-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-defendido-na-cdh>



Foto: Roque de Sá/Agência Senado, RE Nº 27 – 22/05/17

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 42 – 03/07/2017

ENCAMINHAMENTOS

- Sugerir a revisão da Instrução Normativa nº 2/2014 da Secretaria da Previdência Social e da Orientação Normativa nº 16/2013 do Ministério do Planejamento, para estabelecer os direitos previdenciários do servidor público com deficiência, conforme entendimento reiterado do STF em mandados de injunção, aplicando diretamente as regras do Regime Geral de Previdência.
- Sugerir ao Comitê de Regulamentação da Lei que estabeleça um período de transição entre a avaliação atual biomédica e a nova avaliação biopsicossocial, para que não haja atraso na concessão dos benefícios devidos às pessoas com deficiência em função de eventuais dificuldades financeiras do governo na implantação das equipes multidisciplinares.
- Remeter ao GDF documento da OAB-DF que recomenda a revisão do Protocolo da Bexiga Neurogênica, para fornecer 150 unidades mensais de sonda uretral.
- Encaminhar ao Ministério da Saúde a Resolução nº 507 do CNS, com recomendação para sua adoção.
- Realizar nova Audiência Pública, ainda em 2017, para avaliar os avanços na regulamentação do Estatuto (LBI).

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 412/2015	PLS 277/2016
PLS 504/2015	PLS 28/2017
PLS 183/2016	PLC 32/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 15/2017	RDH 64/2017
-------------	-------------

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

RE Nº 42/17 "O Estatuto da Pessoa com Deficiência, com foco na Regulamentação."	Erivaldo Fernandes Neto , Coordenador Pedagógico da Federação Nacional das Apaes - FENAPAES Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti , Auditora Fiscal do Trabalho - Coordenadora Nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Ministério do Trabalho Fredson Oliveira Carneiro , Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS Kalid Nogueira Choudhury , Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Lívia Barbosa , Professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB Márcia de Carvalho Cristóvão Silva , Chefe de Divisão de Perícia Oficial em Saúde do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Moisés Bauer Luiz , Presid. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência CONADE Odilia Brigido de Sousa , Coordenadora de Saúde da Pessoa com Deficiência, Ministério da Saúde Wederson Rufino dos Santos , Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos - MDH Willian Ferreira da Cunha , Advogado e Secretário de Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos da Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB
03/07/17	
RDH 64/17	
Paulo Paim e outros	

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS Nº 412/15	Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que "institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física.
RE nº 21ª, 03/05	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Hélio José	Decisão: Aprovado
PLS Nº 504/15	Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.
RE nº 4ª, 22/03	
Autoria: Sen. Sandra Braga	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado, com duas emendas
PLS Nº 183/16	Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.
RE nº 8ª, 29/03	
Autoria: Sen. Romário	
Relat: Sen. Sérgio Petecão	Decisão: Aprovado
PLS Nº 277/16	Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.
RE nº 47ª, 12/07	
Autoria: Sen. Romário	
Relat: Sen. Regina Sousa	Decisão: Aprovado, com substitutivo
PLS Nº 28/17	Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis.
RE nº 26ª, 17/05	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado
PLC Nº 32/17	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para acrescentar a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.
RE nº 47ª, 12/07	
Autoria: Dep Marx Beltrão	
Relatoria: Sen. Romário	Decisão: Aprovado, com uma emenda.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 15/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O Autismo no Brasil", em razão do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, ou simplesmente Dia Mundial do Autismo, celebrado anualmente em 02 de abril.
RE nº 8ª, 29/03	
Paulo Paim	
RDH Nº 64/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na regulamentação".
RE nº 39ª, 21/06	
Paulo Paim e outros	

EDUCAÇÃO

A temática da **Educação**, sempre presente na pauta da Comissão, volta-se aqui prioritariamente para o aprimoramento da inserção das minorias no sistema educacional brasileiro e a busca permanente de democratização do seu acesso.

Nesse período, foi realizada **uma audiência pública da CDH** sobre o tema, presidida pela Senadora Regina Sousa, que abordou as cotas nas Universidades e o compromisso com a permanência.

Os debates contaram com a participação de **7 convidados**, entre autoridades do Ministério da Educação e do Ministério Público Federal, representantes da EDUCAFRO, do Movimento Negro e dos Povos Indígenas, reitores da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **5 Requerimentos**, de autoria da Senadora Regina Sousa e do Senador José Medeiros.

Também apreciou **2 projetos de Lei**, que propõem introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas e possibilitar exercícios domiciliares para o estudante que adotar ou obtiver guarda judicial para adoção.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 10 – 03/04/2017

ENCAMINHAMENTOS

- Solicitar ao MEC informações sobre os índices de abandono da faculdade por parte dos cotistas; que analise a possibilidade de recebimento da bolsa destinada aos estudantes cotistas negros e de baixa renda diretamente por eles, bem como que reforce a fiscalização das políticas de cotas e SISU, sobretudo no que tange aos beneficiários.

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 165/2014 PLS 395/2016

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 100/2016 RDH 13/2017
RDH 127/2016 RDH 14/2017
RDH 74/2017

- A **Lei nº 12.711/2012**, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Leia mais em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>



Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado, RE Nº 10 – 03/04/17

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

RE Nº 10/17 "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência"	Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira , Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MPF Frei David Santos OFM , Diretor Executivo da EDUCAFRO Marcelino Conti de Souza , Representante do Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro Pedro Curi Hallal , Professor, Reitor da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS Poran Potiguara , Estudante de Engenharia Florestal da UnB; Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e da Comissão Nacional dos Estudantes Indígenas Roberto Leher , Professor, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Vicente de Paula Almeida Junior , Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
03/04/17	
RDH 13/17	
Regina Sousa	

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS Nº 165/14 RE nº 44ª, 04/07 Autoria: Senador Cássio Cunha Lima Relatoria: Senadora Regina Sousa	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir critérios democráticos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior. Decisão: Prejudicado
PLS Nº 395/16 RE nº 26ª, 17/05 Autoria: Senadora Rose de Freitas Relatoria: Senadora Ângela Portela	Atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção. Decisão: Aprovado

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 100/16 RE nº 1ª, 14/03 Autoria: José Medeiros	Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências".
RDH Nº 127/16 RE nº 1ª, 14/03 Autoria: José Medeiros	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).
RDH Nº 13/17 RE nº 4ª, 22/03 Autoria: Regina Sousa	Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência".
RDH Nº 14/17 RE nº 11ª, 05/04 Autoria: José Medeiros	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº100 de 2016, que trata da realização de realização de audiência pública para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", visando a inclusão dos seguintes convidados: da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE-EAD.
RDH Nº 74/17 RE nº 44ª, 04/07 Autoria: Regina Sousa	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018.

SAÚDE

O tema da **Saúde** é abordado na Comissão, sob o enfoque desse direito como um dos Direitos Humanos fundamentais.

Sobre o assunto, foram realizadas **três audiências públicas na CDH**, presididas pelos Senadores José Medeiros e Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **28 convidados**, incluindo autoridades do Ministério da Saúde, da ANVISA e do INSS, membros do Ministério Público do Trabalho e da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, dirigentes sindicais, prefeito, especialistas e professores da UNICAMP e da UnB, representantes da indústria farmacêutica, da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto e outras entidades.

As audiências abordaram a problemática da utilização do amianto no Brasil e do desabastecimento de penicilina no SUS. Também enfocaram problemas relativos a perícia médica e revisão dos benefícios previdenciários do INSS.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **9 Requerimentos**, de autoria dos Senadores Hélio José, José Medeiros, Paulo Paim e Regina Sousa.

Também apreciou **1 Projeto de Lei** e **1 Sugestão Legislativa**, que tratavam da Política Nacional para Doenças Raras no SUS e da obrigatoriedade de informação sobre o risco de desenvolvimento do câncer nas embalagens de produtos cosméticos e alimentícios com substâncias comprovadamente cancerígenas.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 22 – 08/05/2017

RE Nº 27 – 22/05/2017

RE Nº 48 – 13/07/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

PLC 56/2016

SUG 03/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 07/2017

RDH 34/2017

RDH 23/2017

RDH 63/2017

RDH 24/2017

RDH 66/2017

RDH 28/2017

RDH 73/2017

RDH 33/2017

- Sugestão de participantes do projeto Jovem Senador de 2016, para informação em embalagens de cosméticos e alimentos quanto a risco de câncer, passa a tramitar como Projeto de Lei.

Leia mais em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/21/sugestao-de-jovens-senadores-de-alerta-sobre-produtos-cancerigenos-vira-projeto>



Foto: Roque de Sá/Agência Senado, RE Nº 27 – 22/05/17



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado, RE Nº 48 – 13/07/2017

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 22/17 "A Utilização do Amianto no Brasil"</p> <p>08/05/17</p> <p>RDH 07/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Adelman Araújo Filho (Chiru), Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e Beneficiamento de Minaçu Goiás e Região – STIEBEMGOR</p> <p>Adilson Conceição Santana, Presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores do Amianto Crisotila - FITAC</p> <p>Eliezer João de Souza, Presidente da Associação Brasileira de Exposição ao Amianto - ABREA</p> <p>Ericson Bagatin, Professor Associado da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP</p> <p>Fernanda Giannasi, Engenheira, Assessora Técnica e Fundadora da ABREA</p> <p>Junior Aparecido Moreira Silva, Trabalhador da Mina</p> <p>Luciano Lima Leivas, Procurador do Trabalho - Membro do Programa Nacional de Erradicação do Amianto do Ministério Público do Trabalho</p> <p>Maria de Fátima Veloso Cunha, Representante da Central Única dos Trabalhadores</p> <p>Mauro Menezes, Assessor Jurídico da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto -ABREA</p> <p>Milton do Nascimento, Médico, especialista no tema</p> <p>Nick Barbosa, Prefeito de Minaçu - GO</p>
<p>RE Nº 27/17 "Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários"</p> <p>22/05/17</p> <p>RDH 33/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Ana Luísa Dal Lago, Representante da Federação Nacional de Sindicato de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS</p> <p>Bruno Rodrigo Mosmann, Representante da Comissão de Aprovados no Concurso do INSS - CAINSS</p> <p>Edivane de Jesus, Representante da Comissão Nacional dos Assistentes Sociais do INSS/FENASPS</p> <p>Eliana Pires Rocha, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Distrito Federal</p> <p>Flávia Rebecca Fernandes Rocha, Representante da Frente de Luta dos Assistentes Sociais Excedentes - FLASE</p> <p>Jorge OG Vasconcelos, Assistente Social do INSS e representante da Comissão de Assistentes Sociais da FENASPS</p> <p>Josiane Soares dos Santos, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS</p> <p>Júlio César Lopes, Representante da Comissão Nacional dos Assistentes Sociais do INSS/FENASPS</p> <p>Lídia de Jesus, Representante da FENASPS</p> <p>Maria Lucia Lopes da Silva, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, representante do Conselho Federal de Serviço Social</p> <p>Marinete Cordeiro Moreira, Assistente Social do INSS</p> <p>Patrícia Rodrigues, Representante da Comissão Nacional de Reabilitação Profissional do INSS</p> <p>Thaize Antunes, Diretora do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social do Estado de São Paulo - SINSPREV/SP</p>
<p>RE Nº 48/17 "Desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS)".</p> <p>13/07/17</p> <p>RDH 63/17</p> <p>José Medeiros</p>	<p>Arthur Covacevick, Representante da Empresa Nord Regulatorial</p> <p>Lorena Brito Evangelista, Coordenadora Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde</p> <p>Patrícia Castilho, Representante da Gerência Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da ANVISA</p> <p>Pedro Bernardo, Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA</p>

MATÉRIAS APRECIADAS

<p>PLC Nº 56/16</p> <p>RE nº 4ª, 22/03/17</p> <p>Autoria: Deputado Marçal Filho</p> <p>Relatoria: Senador Romário</p>	<p>Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p>Decisão: Aprovado</p>
<p>SUG Nº 03/17</p> <p>RE nº 39ª, 21/06/17</p> <p>Autoria: Cidadão</p> <p>Relatoria: Senadora Regina Sousa</p>	<p>Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.</p> <p>Decisão: Aprovado</p>

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 07/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A utilização do amianto no Brasil”.
RE nº 1ª, 14/03	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 23/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência Pública conjunta com as comissões de Educação, Cultura e Esporte e Assuntos Sociais, com vistas a debater a decisão do Governo Federal de contingenciar os recursos do Programa Mais Médicos e esclarecer a mudança da ação orçamentária de “despesa primária obrigatória” para “despesa primária discricionária”, contida na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde.
RE nº 11ª, 05/04	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 24/17	Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco.
RE nº 11ª, 05/04	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 28/17	Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater acerca da falta de médicos peritos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
RE nº 15ª, 19/04	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 33/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “ Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários”.
RE nº 15ª, 19/04	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 34/17	Requer, com amparo nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se inclua no rol dos convidados elencados pela RDH 24/2017, para debater sobre a situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco, a professora Cláudia Batista, pesquisadora especialista nesta temática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
RE nº 18ª, 26/04	
Autoria: Hélio José e outros	
RDH Nº 63/17	Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS).
RE nº 39ª, 21/06	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 66/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “EBSERH - Uma ofensa a autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde”.
RE nº 39ª, 21/06	
Autoria: Paulo Paim e outros	
RDH Nº 73/17	Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o inciso I do art. 102-E, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a Sugestão (SUG) nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
RE nº 44ª, 04/07	
Autoria: José Medeiros	

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Economia e Meio Ambiente são temas que se entrelaçam na Comissão, numa visão que prioriza o desenvolvimento sustentável, mesclando a preocupação com a saúde do Planeta e com a sobrevivência digna dos trabalhadores e povos tradicionais.

O tema foi objeto de **quatro audiências públicas da CDH**, presididas pela Senadora Regina Souza e pelos Senadores João Capiberibe e Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **37 convidados**, entre autoridades dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agricultura Ministério e do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho, dirigentes sindicais, comerciantes e industriais, professores e representantes de Universidades Federais (Rio Grande, Brasília e Minas Gerais) e do Museu Emilio Goeldi, de organizações ambientalistas (ISA, Greenpeace Brasil e Tropical Forest Alliance) e da CNBB.

As audiências abordaram a Operação Carne Fraca e a situação dos Polos Navais do Brasil, a importância do Desmatamento Zero e o Dia Internacional da Mãe Terra.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **9 Requerimentos**, de autoria dos Senadores João Capiberibe, José Medeiros, Paulo Paim e Regina Sousa.



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado, RE Nº 23 – 10/05/2017

O Dia Internacional da Mãe Terra é celebrado em 22 de abril pela ONU. Em audiência pública, convidados criticaram a exploração excessiva de recursos naturais e o consumo de bens desnecessários.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 07 – 28/03/2017
 RE Nº 23 – 10/05/2017
 RE Nº 24 – 11/05/2017
 RE Nº 25 – 15/05/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 04/2017	RDH 31/2017
RDH 06/2017	RDH 32/2017
RDH 11/2017	RDH 35/2017
RDH 21/2017	RDH 36/2017
RDH 22/2017	

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Enviar a denúncia apresentada pelo Siderlei ao Ministério da Agricultura por meio do Chefe de Gabinete do Ministro;
- Ampliar a transparência sobre o “SIF” com a participação de sindicatos;
- Diligenciar para que a seleção de agentes de fiscalização e segurança seja realizada apenas por concurso público, que seja dada prioridade na reposição desses agentes, servidores de carreira, e seleção de dirigentes submetida ao critério da meritocracia, cf. proc. nº 21000.014322/2016-81;
- Apoiar a elaboração de um código de conduta para agentes públicos de inspeção e fiscalização que identifique os sinais de enriquecimento ilícito;
- Apoiar programa emergencial de consumo de massa de carne com financiamento público
- Punição mais severa para corruptores e corruptos;
- Encaminhamento de um estudo de metodologia investigativa do Brasil;
- Buscar países que têm índices de eficiência para que os Ministérios da Justiça e da Agricultura usem como exemplo;
- Buscar caminhos para que os trabalhadores não sejam demitidos e mecanismos que os mantenham em seus empregos;
- Buscar apoio financeiro aos produtores integrados de aves e suínos.
- Remeter a todos os senadores os vídeos da Audiência Pública sobre Polos Navais;
- Realizar Audiência Pública com o Presidente da Petrobrás e participação do Coordenador do Grupo de Trabalhos na área Naval, criado pelo Governo;

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 07/17 "A Operação Carne Fraca"</p> <p>28/03/17</p> <p>RDH 11/17</p>	<p>Alexander Dornelles, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários</p> <p>Altemir Tortelli, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul</p> <p>Antoninho Rovaris, Secretário de Meio Ambiente da CONTAG</p> <p>Carlos Cerqueira, Diretor do Sindalimentação do Estado da Bahia</p> <p>Claudir Nespolo, Presidente da CUT - Rio Grande do Sul</p> <p>Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura Blairo Maggi</p> <p>Darci Pires da Rocha, Diretor da Confed. Nac. Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins CNTA</p> <p>Dirceu Dresch, Deputado Estadual de Santa Catarina</p> <p>Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação PR</p> <p>Flávio Werneck Meneguelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do DF – SINDIPOL</p> <p>João Bosco, Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do DF - ASFAGRO</p> <p>Oswaldo Teófilo, Presidente da Fed. Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação MG</p> <p>Ricardo João Santin, Vice-Presidente de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA</p> <p>Siderlei de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – CONTAC-CUT</p> <p>Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil</p> <p>Valdemir Moreira Corrêa, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação RS</p>
<p>RE Nº 23/17 "A importância do Desmatamento Zero para o Brasil e os caminhos para que seja atingido"</p> <p>10/05/17</p> <p>RDH 35/17</p> <p>João Capiberibe</p>	<p>Adriana Ramos, Coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental - ISA</p> <p>Cristiane Mazzetti, Coordenadora da Campanha pelo Desmatamento Zero do Greenpeace Brasil</p> <p>Fabiola Zerbini, Coordenadora Regional da América Latina "Tropical Forest Alliance"</p> <p>Ima Vieira, Pesquisadora Titular do Museu Emilio Goeldi</p> <p>Raoni Rajão, Professor, Doutor em Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG</p>
<p>RE Nº 24/17 "O Dia Internacional da Mãe Terra"</p> <p>11/05/17</p> <p>RDH 31/17</p> <p>Regina Sousa</p>	<p>Carlos Moura, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB</p> <p>José Kinn Franco, Embaixador no Brasil do Estado Plurinacional da Bolívia</p> <p>Pedro Zuchi, Professor - representante da Universidade de Brasília - UnB</p>
<p>RE Nº 25/17 "A situação dos Polos Navais do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul"</p> <p>15/05/17</p> <p>RDH 32/17</p>	<p>Alexandre Lindenmeyer, Prefeito do Rio Grande - RS</p> <p>Alline Bessa de Menezes, Auditora Fiscal do Trabalho, lotada na Coordenação-Geral de Fiscalização do Trabalho, Representante do Ministério do Trabalho</p> <p>Benito de Oliveira Gonçalves, Vereador do Rio Grande – RS</p> <p>Carlos Eduardo Macedo, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - SINAVAL</p> <p>Ênio Santos, Vice-Presidente da Federação dos Metalúrgicos do RS</p> <p>Fernanda Dutra, Procuradora do Trabalho da 4ª Região - Ministério Público do Trabalho</p> <p>João Antonio de Moraes, Representante da Federação Única dos Petroleiros – FUP</p> <p>José Vicente Ferrari, Vice-Prefeito de São José do Norte - RS</p> <p>Julio Cesar Pereira da Silva, Vereador do Município de Rio Grande - RS</p> <p>Marcelo Vinicius De La Rocha Domingues, Professor da Universidade Federal do Rio Grande - RS</p> <p>Margarete Gandini, Diretora do Departamento das Indústrias de Mobilidade e Logística da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC</p> <p>Matheus de Oliveira Araújo, Presidente do Sindicato da Indústrias da Construção Naval de Manaus</p> <p>Nelsinho Metalúrgico, Deputado Estadual, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Polo Naval do Rio Grande - RS</p> <p>Torquato Pontes, Presidente da Câmara do Comércio do Rio Grande - RS</p>

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 04/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A situação do Setor Rodoviário”.
RE nº 1ª, 14/03	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 06/17	Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater “A situação do Setor Rodoviário”.
RE nº 1ª, 14/03	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 11/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A Operação Carne Fraca”.
RE nº 4ª, 22/03	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 21/17	Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates de modo a constituir suficiente reflexão, no curso do debate com especialistas e entidades relevantes no campo, sobre a conveniência da continuidade da imunidade tributária das instituições religiosas.
RE nº 11ª, 05/04	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 22/17	Requer, nos termos regimentais, que a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, desembargadora Luisinda Dias de Valois Santos seja convidada a apresentar o Plano de Trabalho e as disposições orçamentárias do seu ministério no Plenário desta Comissão.
RE nº 11ª, 05/04	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 31/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o “Dia Internacional da Mãe Terra”.
RE nº 15ª, 19/04	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 32/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A situação dos Polos Navais do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul”.
RE nº 15ª, 19/04	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 35/17	Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a importância do Desmatamento Zero para o Brasil e os caminhos para que seja atingido.
RE nº 18ª, 26/04	
Autoria: João Capiberibe	
RDH Nº 36/17	Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero como para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.
RE nº 18ª, 26/04	
Autoria: João Capiberibe	

OUTROS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL

Diversos outros temas de interesse social foram objeto de atenção da CDH, com **quatro audiências públicas**, presididas pela Senadora Regina Sousa e pelos Senadores José Medeiros e Paulo Paim.

As audiências abordaram temas diversificados, como a oitiva de denúncias do ex-presidente da FUNAI, os crimes virtuais, a audiência de custódia, o direito trabalhista e o contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal.

Os debates contaram com a participação de **25 convidados**, incluindo autoridades do Ministério do Trabalho, do TCU, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal, Magistrados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, Sindicalistas, professores universitários e representantes da Unicef, de ONGs e outras instituições.

Nesse âmbito, a Comissão aprovou **26 Requerimentos**, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Hélio José, João Capiberibe, José Medeiros, Magno Malta, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa e Romário.

Também apreciou **3 Sugestões Legislativas** e **4 Projetos de Lei**, para anistia aos ex-empregados demitidos sem justa causa em programas de desestatização, vedação à discriminação baseada no gênero nas relações de consumo, proibir o corte de serviços de internet de banda larga fixa, conceder benefício financeiro a famílias com gestação múltipla, regulamentar a desistência da adoção durante o estágio de convivência, garantir transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 09 – 30/03/2017
 RE Nº 17 – 24/04/2017
 RE Nº 40 – 26/06/2017
 RE Nº 41 – 29/06/2017

ENCAMINHAMENTOS

- Enviar à Câmara dos Deputados ata e notas taquigráficas sobre a audiência de custódia, para instruir o PL nº 8.045/2010.

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG 10/2015	PLS 332/2015
SUG 07/2016	PLS 259/2016
SUG 08/2017	PLS 370/2016
OF “S” 13/2014	PLS 53/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 109/2016	RDH 56/2017
RDH 01/2017	RDH 59/2017
RDH 09/2017	RDH 60/2017
RDH 12/2017	RDH 61/2017
RDH 25/2017	RDH 62/2017
RDH 26/2017	RDH 65/2017
RDH 29/2017	RDH 67/2017
RDH 40/2017	RDH 68/2017
RDH 44/2017	RDH 69/2017
RDH 48/2017	RDH 70/2017
RDH 50/2017	RDH 72/2017
RDH 54/2017	RDH 75/2017
RDH 55/2017	RDH 76/2017



Foto: Pedro França/Agência Senado, RE Nº 40 – 26/06/17

- O **e-Cidadania** é um instrumento de interatividade criado para aproximar a população da elaboração das leis. O processo para apresentar uma ideia é simples: basta preencher um formulário disponível no portal, que não exige conhecimento de técnica legislativa.
- Qualquer que seja o tema da proposta, se receber mais de 20 mil apoios, sua tramitação inicia pela CDH.

Leia mais em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/20/senado-tem-recorde-de-participacao-popular>

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 09/17 "A Audiência de Custódia no Brasil"</p> <p>30/03/17</p> <p>RDH 109/16</p> <p>José Medeiros</p>	<p>Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP</p> <p>Carolina Costa Ferreira, Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB; e Professora de Direito Penal e Processual Penal do UniCEUB</p> <p>Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República e Membro Titular da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal</p> <p>Edmar Martins, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal</p> <p>Eduardo Pereira de Siqueira Campos, Representante da Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Hugo Leonardo, Vice-Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD, representante da Rede de Justiça Criminal ONG</p> <p>José Naaman Khouri, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Mato Grosso</p> <p>Marcelo Azevedo, Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF</p> <p>Marcos Faleiros da Silva, Juiz de Direito do Juízo Militar, Membro do Tribunal Regional Eleitoral e Titular da 11ª Vara Criminal de Cuiabá</p> <p>Paulo Rubéns Parente Rebouças, Promotor de Justiça do Estado do Piauí, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP</p>
<p>RE Nº 17/17 "Direito trabalhista e contrato de trabalho dos terceirizados do Senado Federal"</p> <p>24/04/17</p> <p>RDH 09/17</p> <p>Paulo Paim</p>	<p>Alexandre Caso, Representante da INTERSINDICAL</p> <p>Celso Dias Neves, Embaixador da Paz do Parlamento Mundial de Segurança e Paz</p> <p>Ezequiel Sousa do Nascimento, Assessor da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, especialista em Trabalho e Previdência</p> <p>Frederico Goepfert Junior, Secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU</p> <p>Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas</p> <p>Maria Isabel Caetano dos Reis, Presidente Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do DF</p> <p>Mauro Rodrigues de Souza, Representante do Ministério do Trabalho</p> <p>Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho, Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET</p> <p>Paulo Lino Gonçalves, Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central</p> <p>Rosângela Rassy, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT</p> <p>Waldemiro Livingston de Souza (Peixe), Presidente da APRESEFE e Representante dos Terceirizados do Senado Federal</p>
<p>RE Nº 40/17 "Ouvir o Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI"</p> <p>26/06/17</p> <p>RDH 48/17</p> <p>Fátima Bezerra e outros</p>	<p>Antônio Fernandes Costa, Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI</p>
<p>RE Nº 41/17 "Crimes Virtuais"</p> <p>29/06/17</p> <p>RDH 40/17</p> <p>José Medeiros e outros</p>	<p>Mário Volpi, Representante da Unicef</p> <p>Pablo Barcellos, Chefe Adjunto do Setor de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal</p> <p>Rodrigo Nejm, Diretor de Educação da SaferNet Brasil - Doutor em psicologia social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA</p>

MATÉRIAS APRECIADAS

<p>SUG Nº 10/15</p> <p>RE nº 15ª, 19/04/17</p> <p>Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas</p> <p>Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim</p>	<p>Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa, com e sem Incentivos, nos Programas de Desestatização dos Governos Neoliberais.</p> <p>Decisão: Aprovado</p>
--	---

SUG Nº 07/16	Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa.
RE nº 11ª, 05/04/17	
Autoria: Programa e-Cidadania	
Relatoria: Senador José Medeiros	Decisão: Aprovado
SUG Nº 08/17	Regulamentação para marcadores de "airsoft" (armas de pressão de uso permitido - ação de gás comprimido) - dispensa do certificado de registro.
RE nº 35ª, 07/06/17	
Autoria: Programa e-Cidadania	
Relatoria: Senador Paulo Rocha	Decisão: Rejeitado
OF. S Nº 13/14	Encaminha Relatório Final do Grupo de Trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Secretaria de Direitos Humanos	
Relatoria: Senadora Regina Sousa	Decisão: Arquivado
PLS Nº 332/15	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.
RE nº 26ª, 17/05/17	
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin	
Relatoria: Senadora Ângela Portela	Decisão: Aprovado
PLS Nº 259/16	Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.
RE nº 47ª, 12/07/17	
Autoria: Senadora Rose de Freitas	
Relatoria: Senadora Regina Sousa	Decisão: Aprovado, com duas emendas
PLS Nº 370/16	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência.
RE nº 44ª, 04/07/17	
Autoria: Senador Aécio Neves	
Relatoria: Senador Paulo Paim	Decisão: Aprovado, com uma emenda
PLS Nº 53/17	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.
RE nº 47ª, 12/07/17	
Autoria: Senadora Regina Sousa	
Relatoria: Senador Paulo Paim	Decisão: Aprovado

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 109/16	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, “A audiência de custódia no Brasil”.
RE nº 1ª, 14/03/17	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 01/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “Democracia e Direitos Humanos”.
RE nº 1ª, 14/03/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 09/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “Direitos trabalhistas e contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal”
RE nº 1ª, 14/03/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 12/17	Requer, nos termos regimentais, que seja o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI -, Gilberto Kassab, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão e expor a respeito do processo de universalização da banda larga nas escolas e no projeto habitacional “ Minha Casa Minha Vida”.
RE nº 4ª, 22/03/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 25/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debate e lançamento da campanha “50 For Freedom” (pela Liberdade) da OIT, que pretende promover a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Combate ao Trabalho Forçado.
RE nº 11ª, 05/04	
Autoria: Paulo Paim e outros	
RDH Nº 26/17	Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública para erradicação do trabalho escravo no ano de 2017.
RE nº 11ª, 05/04/17	
Autoria: Regina Sousa	

RDH Nº 29/17 RE nº 18ª, 26/04/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater e instruir a relatoria do PLS nº 31/2017 que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência”.
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 40/17 RE nº 21ª, 03/05	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir crimes virtuais.
Autoria: José Medeiros e outros	
RDH Nº 44/17 RE nº 21ª, 03/05/17	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o desmonte das políticas sociais e de direitos humanos no país, após um ano do golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, ocorrido no dia 12 de maio de 2016.
Autoria: Gleisi Hoffmann e outros	
RDH Nº 48/17 RE nº 26ª, 17/05/17	Requer, nos termos regimentais, que seja CONVIDADO o Sr. ANTÔNIO FERNANDES TONINHO COSTA, Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para que compareça a esta Comissão, com o objetivo de esclarecer sobre as denúncias veiculadas na imprensa nas últimas semanas.
Autoria: Fátima Bezerra e outros	
RDH Nº 50/17 RE nº 26ª, 17/05/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater sobre os Direitos Humanos e Sistema de Justiça em âmbito mundial. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Geoffrey Ronald Robertson - Conselheiro da Rainha da Grã-Bretanha, Advogado, Escritor e Comunicador
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 54/17 RE nº 32ª, 31/05/17	Requer, na forma do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na forma de seminário, “14º Seminário LGBT do Congresso Nacional” em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e com a participação das Comissões de Cultura; de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; de Educação; e de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados.
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 55/17 RE nº 32ª, 31/05/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A Resolução 219 do CNJ, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências”.
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 56/17 RE nº 32ª, 31/05/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A Resolução 23.422/2014 do TSE que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências, com a alteração feita no processo administrativo nº 132606.2011.6.00.0000 – Classe 26 – Brasília – Distrito Federal, decidindo que deverão ser extintas zonas em diversos municípios do país, começando pela extinção de 72 zonas em 16 capitais.
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 59/17 RE nº 35ª, 07/06/17	Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Projeto de Lei do Senado, nº 470 de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família.
Autoria: João Capiberibe	
RDH Nº 60/17 RE nº 35ª, 07/06/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater projetos de lei relativos à população LGBTTI, por ocasião do Dia Internacional do Orgulho LGBT.
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 61/17 RE nº 39ª, 21/06/17	Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Autoria: Fátima Bezerra e outros	

RDH Nº 62/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A garantia ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego, FGTS, entre outros”.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Paulo Paim e outros	
RDH Nº 65/17	Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016). Para tanto devem ser convidados o presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, o Subprocurador Geral da República Dr. Franklin Rodrigues da Costa, representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), representantes de Associações de Condomínios e de Moradores de Condomínios horizontais do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Dr. Francisco Nilo Gonsalves Júnior, Superintendente Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF), e outros que os senhores e senhoras senadores indicarem.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 67/17	Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para ouvir, em caráter de urgência a Sra. THAIS FERREIRA ALVES moradora da cidade de Rondonópolis no estado do Mato Grosso.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Magno Malta e outros	
RDH Nº 68/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a participação dos convidados relacionados a seguir, para tratar da questão relativa à “criminalização do funk”, objeto da Sugestão (SUG) no 17, de 2017: Anitta; MC Marcinho; Cidinho e Doca – compositores do Rap da Felicidade; MC Koringa; Valeska Popozuda; Tati Quebra Barraco; Bochecha; MC Bob Rum – compositor do Rap do Silva; Hermano Vianna – Autor do Livro “O mundo funk carioca”; Mylene Mizrahi – Antropóloga; Marcelo Alonso – Criador da Proposta para criminalizar o funk; Carol Sampaio – promoter idealizadora do Baile da Favorita.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Romário	
RDH Nº 69/17	Requer, na forma do disposto no art. 90, III, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, compareça para prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito das informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, relativas à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Randolfe Rodrigues	
RDH Nº 70/17	Requer, nos termos do inciso III, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Sr. Janér Tesch Hosken Alvarenga, para prestar os devidos esclarecimentos acerca do noticiário propagado em diversos veículos de comunicação brasileiros entre os dias 10 e 11 de junho, que denunciam a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Relator da Lava Jato, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Randolfe Rodrigues	
RDH Nº 71/17	Requer VOTO DE SOLIDARIEDADE às comunidades quilombolas brasileiras, que estão com seus direitos territoriais ameaçados.
RE nº 39ª, 21/06/17	
Autoria: Fátima Bezerra	
RDH Nº 72/17	Requer, nos termos regimentais, o aditamento dos Requerimentos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para que sejam transformadas em convites as convocações do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI e do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.
RE nº 44ª, 04/07/17	
Autoria: José Medeiros e outros	
RDH Nº 75/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 10 de agosto de 2017, em atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017.
RE nº 47ª, 12/07/17	
Autoria: José Medeiros	

REUNIÕES DA CDH EM ORDEM CRONOLÓGICA

REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
1ª 14/3/17	Deliberativa	Instalação e eleição CDH (1ª Parte); RDH 01/2017; RDH 02/2017; RDH 03/2017; RDH 04/2017; RDH 05/2017; RDH 06/2017; RDH 07/2017; RDH 08/2017; RDH 09/2017; RDH 10/2017; RDH 99/2016; RDH 100/2016; RDH 109/2016; RDH 127/2016; RDH 155/2016.
2ª 20/3/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na Reforma Trabalhista.
3ª 21/3/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na CPI da Previdência.
4ª 22/3/17	Deliberativa	PLS 504/2015; PLC 56/2016; RDH 11/2017; RDH 12/2017; RDH 13/2017.
5ª 23/3/17	Audiência Pública	"Consequências da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres"
6ª 27/3/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco na Reforma da Previdência.
7ª 28/3/17	Audiência Pública	"A Operação Carne Fraca".
8ª 29/3/17	Deliberativa	PLS 183/2016; RDH 15/2017; RDH 19/2017; RDH 16/2017; RDH 17/2017.
9ª 30/3/17	Audiência Pública	"A Audiência de Custódia no Brasil"
10ª 03/4/17	Audiência Pública	"Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência"
11ª 05/4/17	Deliberativa	SUG 07/2016; RDH 14/2017; RDH 20/2017; RDH 21/2017; RDH 24/2017; RDH 22/2017; RDH 23/2017; RDH 25/2017; RDH 26/2017; RDH 27/2017.
12ª 06/4/17	Audiência Pública	"A Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais"
13ª 17/4/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista" e os efeitos para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência
14ª 18/4/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nos efeitos para os policiais e para os professores
15ª 19/4/17	Deliberativa	SUG 10/2015; PLS 468/2016; RDH 28/2017; RDH 31/2017; RDH 32/2017; RDH 33/2017.
16ª 20/4/17	Audiência Pública	"Agressões aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro: Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura".
17ª 24/4/17	Audiência Pública	"Direito trabalhista e contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado"
18ª 26/4/17	Deliberativa	RDH 29/2017; RDH 30/2017; RDH 34/2017; RDH 35/2017; RDH 36/2017; RDH 38/2017; RDH 39/2017.
19ª 26/4/17	Audiência Pública	"A Luta dos Povos Indígenas por Justiça e Direitos Humanos"
20ª 02/5/17	Audiência Pública	"A chacina ocorrida na gleba de Taquaraçu do Norte, localizada na Zona Rural do Município de Colniza (Mato Grosso)"
21ª 03/5/17	Deliberativa	PLS 412/2015; RDH 40/2017; RDH 41/2017; RDH 42/2017; RDH 43/2017; RDH 44/2017.
22ª 08/5/17	Audiência Pública	"A Utilização do Amianto no Brasil"
23ª 10/5/17	Audiência Pública	"A importância do Desmatamento Zero para o Brasil e os caminhos para que seja atingido"

REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
24ª 11/5/17	Audiência Pública	"O Dia Internacional da Mãe Terra"
25ª 15/5/17	Audiência Pública	"A situação dos Polos Navais do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul".
26ª 17/5/17	Deliberativa	PLS 332/2015; PLS 395/2016; PLS 28/2017; RDH 46/2017; RDH 47/2017; RDH 48/2017; RDH 49/2017; RDH 50/2017; RDH 51/2017.
27ª 22/5/17	Audiência Pública	"Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários"
28ª 23/5/17	Audiência Pública	"A Reforma Trabalhista"
29ª 24/5/17	Deliberativa	Sem quórum para deliberação
30ª 25/5/17	Audiência Pública	"A Criminalização dos Movimentos Sociais"
31ª 29/5/17	Audiência Pública	"As reformas Previdenciária e Trabalhista", com lançamento do livro 'O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros', de autoria do Sen. Paulo Paim
32ª 31/5/17	Deliberativa	SUG 04/2017; RDH 52/2017; RDH 53/2017; RDH 54/2017; RDH 55/2017; RDH 56/2017; RDH 57/2017; RDH 58/2017.
33ª 01/6/17	Audiência Pública	"As reformas Previdenciária e Trabalhista"
34ª 05/6/17	Audiência Pública	"As reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nos impactos para Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
35ª 07/6/17	Deliberativa	SUG 08/2017; SUG 10/2017; RDH 59/2017; RDH 60/2017.
36ª 12/6/17	Audiência Pública	"A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará"
37ª 14/6/17	Deliberativa	Sem quórum para deliberação
38ª 19/6/17	Audiência Pública	"As Reformas Trabalhista e Previdenciária, com foco na Convenção nº 87 da OIT, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical"
39ª 21/6/17	Deliberativa	OFICIO "S" 13/2014; SUG 03/2017; RDH 61/2017; RDH 62/2017; RDH 63/2017; RDH 64/2017; RDH 65/2017; RDH 66/2017; RDH 67/2017; RDH 68/2017; RDH 69/2017; RDH 70/2017; RDH 71/2017.
40ª 26/6/17	Audiência Pública	"Ouvir o Ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI"
41ª 29/6/17	Audiência Pública	"Crimes Virtuais"
42ª 3/7/17	Audiência Pública	"O Estatuto da Pessoa com Deficiência, com foco na Regulamentação."
43ª 4/7/17	Deliberativa PLDO	
44ª 4/7/17	Deliberativa	PLS 165/2014; PLS 370/2016; RDH 72/2017; RDH 73/2017; RDH 74/2017.
45ª 10/7/17	Audiência Pública	"Aposentadoria Especial para os Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem".
46ª 11/7/17	Audiência Pública	"Reforma Trabalhista".
47ª 12/7/17	Deliberativa	PLC 32/2017; PLS 259/2016; PLS 53/2017; PLS 277/2016; PLS 308/2016; SUG 01/2017; RDH 76/2017; RDH 75/2017.
48ª 13/7/17	Audiência Pública	"O desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS)"

COMPOSIÇÃO DA CDH – JULHO/2017

 <p>Presidente Senadora Regina Sousa PT/PI</p>		 <p>Vice-presidente Senador Paulo Paim PT/RS</p>	
Titulares PMDB		Suplentes PMDB	
 <p>VAGO</p>	 <p>Sen. Marta Suplicy (PMDB/SP)</p>	 <p>Sen. Hélio José (PMDB/DF)</p>	 <p>VAGO</p>
Titulares Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)		Suplentes Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
 <p>1. Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO)</p>	 <p>2. VAGO</p>	 <p>3. VAGO</p>	 <p>4. VAGO</p>
 <p>Sen. Angela Portela (PDT/RR)</p>	 <p>Sen. Fátima Bezerra (PT/RN)</p>	 <p>Sen. Paulo Paim (PT/RS)</p>	 <p>Sen. Regina Sousa (PT/PI)</p>
Titulares Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Suplentes Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
 <p>1. Sen. Gleisi Hoffmann (PT/PR)</p>	 <p>2. Sen. Limberg Farias (PT/RJ)</p>	 <p>3. Sen. Paulo Rocha (PT/PA)</p>	 <p>4. Sen. Acir Gurgacz (PDT/RO)</p>
 <p>VAGO</p>	 <p>VAGO</p>	 <p>VAGO</p>	 <p>VAGO</p>
Titulares Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Suplentes Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
 <p>Sen. José Medeiros (PSD/MT)</p>	 <p>VAGO</p>	 <p>1. Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC)</p>	 <p>2. VAGO</p>
Titulares Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Suplentes Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
 <p>Sen. João Capiberibe (PSB/AP)</p>	 <p>Sen. Romário (PODE/RJ)</p>	 <p>1. Sen. Randalfe Rodrigues (REDE/AP)</p>	 <p>2. VAGO</p>
Titulares Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Suplentes Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
 <p>Sen. Magno Malta (PR/ES)</p>	 <p>Sen. Telmário Mota (PTB/RR)</p>	 <p>1. Sen. Cidinho Santos (PR/MT)</p>	 <p>2. Sen. Wellington Fagundes (PR/MT)</p>

Fonte: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/composicaoPrintVersion2?colegiado=834> em 21/07/2017.